

CAMELÔS, FLANELINHAS E OS OUTROS:



Privatização de Espaços Públicos

Prof. Dr. Décio Rigatti

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFRGS.

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR/UFRGS.

Colaboração: acadêmicos de arquitetura Daniela Reckziegel e Fernanda Zanetti.

Paisagem Urbana

RESUMO

Este trabalho pretende examinar uma questão que, para uma boa parte das grandes cidades brasileiras, é bastante recente e diz respeito à crescente utilização dos espaços públicos por vendedores, sob diversas formas, transformando-os em espaços comerciais. Além dos resultados mais visíveis em termos da ocupação dos espaços, consideramos que este fenômeno possui um significado muito mais profundo enquanto processo efetivo de privatização do espaço público. Deste modo, essa privatização de espaços públicos representa, de fato, uma ruptura nas expectativas do que é acordado socialmente, sobre o que é público e o que é privado. Em nossa sociedade, na qual esta relação ainda não é muito clara e apresenta conflitos, este problema urbano passa a apresentar-se como mais uma de suas facetas. Como estudo de caso, examinaremos este processo para a área central de Porto Alegre/RS.

ABSTRACT

This paper aims to bring to discussion a particular and relatively recent aspect of most of our big cities where, mainly after the 80's, we tend to find a large amount of people who occupies streets and places as trade spaces in town centers. Beyond the most visible results of this phenomenon related to the space occupancy, we argue that the way public spaces are used has a deeper meaning in terms of an actual privatization process of public spaces. In this way, this phenomenon has an impact on society in terms of a rupture between what is supposed to be public and what is supposed to be private. The relationship between public and private in our society still is very problematic and the private use of public spaces in our cities adds another layer on the subject. As a case study, it is analyzed the situation in Porto Alegre city center.

CAMELÔS, FLANELINHAS E OS OUTROS: Privatização de Espaços Públicos

1 – Para uma Breve Introdução ao Tema

Este trabalho versa sobre espaços públicos livres de edificação e, mais precisamente, públicos, que não sofrem nenhuma forma de restrição ao seu uso por parte das pessoas. Iremos deter-nos de forma especial em espaços centrais de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. Este trabalho se baseia, essencialmente, em uma reflexão sobre alguns fenômenos que acontecem sobre o território em questão e que têm sido tratados como reflexos de problemas da ordem do funcionamento da economia da cidade, do país e do mundo.

Os fenômenos a que nos referimos dizem respeito, essencialmente, a uma ten-dência crescente de uso privado do espaço público por um comércio ambulante, os camelôs, e um sistema informal de “segurança” de veículos pelos chamados flanelinhas.

O tema não é nem um pouco confortável, na medida em que lida com uma problemática espacial profundamente vinculada a efeitos perversos do atual estágio do desenvolvimento capitalista, ao menos em sua versão terceiro-mundista. Esse desconforto tem produzido uma dificuldade muito grande em tratar do assunto com um mínimo de racionalidade, muitas vezes comparecendo de modo raso, como uma questão ideológica. No entanto, os efeitos perversos desse fenômeno sobre as possibilidades de uso e apropriação do espaço urbano de uso público precisam ser tanto expostos quanto discutidos, em um movimento que permita que se pondere sobre, afinal, de qual cidade falamos e a quem pertence.

Primeiramente, apoiados em um registro fotográfico, pretendemos ilustrar a parte visível dos fenômenos que trazemos para o debate. Não se pretende dar conta de uma realidade completa, mas a parte da realidade que importa para produzir um pensamento sobre o que mais interessa e o que está tanto enraizado na materialidade do fenômeno em si quanto nas mudanças das mentalidades acerca dele.

Essa dualidade entre materialidade e mentalidade, concretude e imaginário, pode ser útil para que o debate não seja apenas baseado nas manifestações do fenômeno, mas que se possa, a partir delas, tratar de teoria, tornando possível, deste modo, recolocar o problema e reinterpretar suas manifestações mais aparentes.

Uma vez apresentados e ilustrados os fenômenos a que nos referimos, apoiaremos-nos em alguns pensadores que têm refletido sobre as questões do público

e do privado, para que se possa introduzir uma necessária instância para o debate, qual seja, ao menos um pouco de teoria. Também, aqui, não faremos uma investigação exaustiva sobre o tema, que não é o objetivo central deste trabalho. Traremos apenas alguns pensamentos que julgamos úteis ao debate e que podem ajudar no reposicionamento da discussão sobre formas de apropriação do espaço público, atualmente, vigentes na área central de Porto Alegre, discussão esta que deve encerrar o presente trabalho.

Um primeiro olhar crítico sobre o tema permite que se avalie o fenômeno de utilização privada dos espaços públicos como resultando em uma dupla ruptura: de um lado, rompe o tecido urbano morfologicamente, definindo novas lógicas de organização do espaço; de outro lado, rompe com um acordo social em relação às expectativas do que é público e o que é privado, e estas rupturas parecem estar intimamente relacionadas com as dificuldades de intervenção sobre uma importante área da cidade que vem apresentando sinais claros de perda do caráter enquanto área central dinâmica e de papel global para a cidade.

2 – O Centro de Porto Alegre – Tendências Recentes

44 O objeto do presente trabalho tem como tema central o exame e a discussão de um fenômeno relativamente recente no desenvolvimento urbano da cidade de Porto Alegre/RS, qual seja, o de alterações bastante profundas ocorridas nas condições de uso e apropriação social da área central de Porto Alegre, durante principalmente os últimos 30 anos.

Essas transformações são observadas, fundamentalmente, pela migração de atividades tradicionalmente localizadas nesse território, como o comércio mais sofisticado que, historicamente, caracterizou o centro da cidade e criou a fama do comércio de rua da rua da Praia e entorno, para outras regiões da cidade.

Por um lado, esse comércio mais sofisticado busca novas localizações em shopping centers ou em centros de bairros nobres, e, por outro lado, é gerado simultaneamente um processo de empobrecimento funcional da área central, uma segregação espacial de socialidades, até então vigentes, e uma separação cada vez maior dos espaços de vivências dos mais pobres e aquele das vivências dos mais ricos.

O fenômeno apresentado por Porto Alegre, sem dúvida, não é peculiar a ela. O mesmo fenômeno pode ser verificado, em diferentes escalas, em uma série de outras cidades do país, principalmente em regiões metropolitanas. Do mesmo modo, principalmente capitais de países latinos têm sido afetadas por problemas semelhantes os quais, socialmente, respondem por um processo desigual, mas crescente de empobrecimento de amplas camadas da população, por níveis de crescimento econômico muito abaixo do necessário e do crescimento populacional.

O que é peculiar, em Porto Alegre, é a modalidade como um processo contendo profundas raízes nas modificações estruturais da sociedade brasileira nos últimos anos, com uma forte tendência segregadora, espacializa-se e toma forma.

Paralelamente a um movimento que poderíamos chamar da ordem do social, um outro movimento que afeta o território do município também ocorre, o que poderíamos chamar de ordem do espacial. Em uma, a separação cada vez maior das diferenças limita as interfaces sociais possíveis. Em outra, a redefinição dos modos de acessibilidade pela expansão da ocupação de novas áreas e uma maior articulação regional produz uma alteração profunda no papel desempenhado por cada espaço no conjunto da cidade.

O centro da cidade, em especial, em função de sua particularidade de estar situado na ponta de uma península, a qual serviu para a localização do núcleo inicial da cidade, em seu processo de expansão recente, modifica seu papel no contexto da cidade e da região.

Até há aproximadamente 30 anos, o centro representava o coração da cidade, do comércio excepcional, das finanças, do lazer e do encontro social de todas as classes sociais. Até esse período, a localização de atividades era disputada em um mercado que transformou o perfil do centro para uma área variada e densamente utilizada, exceção feita para a atividade residencial, que se reduz bastante, mas que se mantém em redutos bem delimitados, principalmente na extremidade e na encosta sul da península.

A expansão do centro ocorre de forma mais acelerada a partir do final da década de 40 com o tardio processo de industrialização: primeiro do centro regional – Porto Alegre – e, em um segundo momento, da região metropolitana como um todo, principalmente, após meados da década de 60, durante o chamado milagre brasileiro.

Com a expansão da ocupação do território do município e a incorporação de novas áreas ocupadas, ocorre uma redefinição global das acessibilidades e, com isto, do papel relativo de cada região da cidade.

O centro da cidade, paulatinamente, perde sua força enquanto núcleo mais integrado do sistema e este núcleo de integração espacial passa a migrar para outras regiões da cidade.

O processo paulatino de perda de funções por parte da área central corresponde, então, a dois processos simultâneos: de um lado, é fruto de aspectos mais estruturais da sociedade brasileira, das novas relações econômicas e os diferentes modos de inserções sociais nestas novas práticas; por outro lado, o espaço é transformado e, em um processo dialético, confirma fisicamente a dinâmica socioespacial de esvaziamento do centro.

Neste particular, é necessário esclarecer o que se considera como esvaziamento para que não ocorram dúvidas. Embora o centro de Porto Alegre se man-

tenha com muito movimento de pessoas e com uma dinâmica econômica considerável, a diferença não se encontra em seu aspecto quantitativo, mas nas limitações de formas mais amplas de uso social do espaço e, neste sentido, como já foi comentado anteriormente, o centro é socialmente menos integrador.

Para termos uma idéia do que representa para a cidade as alterações morfológicas ocorridas nos últimos anos, fruto da expansão de sua ocupação territorial, trazemos para ilustração de nossos argumentos os resultados de um outro trabalho que avalia evolutivamente a participação dos espaços centrais¹ da cidade (Figura 1) no núcleo de integração espacial², ou seja, do conjunto dos espaços com maiores níveis de acessibilidade relativa em relação ao conjunto da cidade. Um breve resultado é apresentado na tabela a seguir.

- 1 Av. Mauá
- 2 Mercado Público
- 3 Av. Júlio de Castilhos
- 4 Rua Sete de Setembro
- 5 Rua Vigário José Inácio
- 6 Rua Mal. Floriano Peixoto
- 7 Rua dos Andradas (Rua da Praia)
- 8 Rua Dr. Flores
- 9 Rua Riachuelo
- 10 Complexo Hospitalar Santa Casa
- 11 Rua Duque de Caxias
- 12 Av. Borges de Medeiros
- 13 Campus da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

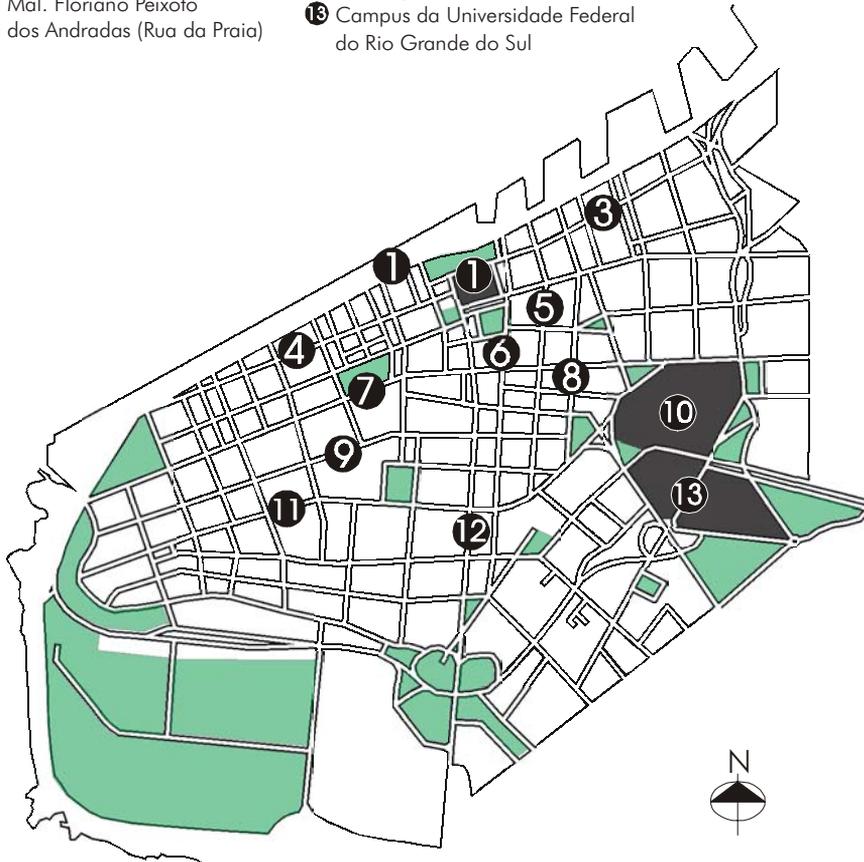


Figura 1 –
Centro de Porto Alegre
Fonte: Desenho do autor

Tabela 1 – Evolução da Participação dos Espaços Centrais de Porto Alegre em seu Núcleo de Integração – 1839 a 2000

Ano	Nº total de espaços do núcleo de integração	Nº de espaços do núcleo de integração presentes na área central de POA	% em relação ao total
1839	12	10	83,33
1888	23	5	21,73
1919	53	7	13,20
1935	227	14	6,16
2000	1.137	65	5,70

Fonte: Centralidades urbanas dinâmicas, deste autor. Pesquisa em andamento, 2001

Trabalhos realizados para a análise da evolução da ocupação de outras cidades (LOUREIRO; RIGATTI; AMORIM, 1995) apontam resultados diferentes para diferentes processos de crescimento urbano, sendo que a perda da acessibilidade relativa de sua área central é uma particularidade do processo em Porto Alegre e não ocorre como uma forma geral e comum de as cidades crescerem.

47

É sintomático, então, que, a partir de um certo momento, o centro passa a ser discutido como um problema e medidas começam a ser pensadas para tentar resolver os problemas colocados pelo processo em questão, como a revitalização da área central, passando pela recuperação de prédios históricos, a criação da rua 24 horas, do Corredor Cultural, Programa de Garagens Subterrâneas, pela inserção no Projeto Monumenta, de preservação e controle do patrimônio histórico/cultural e dos entornos urbanos, entre outros (Figura 2).

Do ponto de vista da dinâmica interna do bairro, o que se observa é quase uma ausência de renovação do estoque edificado, não se verificando nenhum grande canteiro de obras na área. Os grandes investimentos imobiliários para comércio e serviços migram para outros bairros basicamente na forma de shopping centers, strip-centers, centros de negócios, mantendo nos centros de bairro a forma tradicional de comércio de rua.

No centro, permanecem:

1 – O comércio voltado a uma população de poder aquisitivo mais baixo, basicamente de roupas, calçados, lojas de 1,99, bares, restaurantes e lancherias;

2 – os serviços públicos, principalmente os municipais e alguns remanescentes dos estaduais e federais, já que estes últimos se têm mudado para fora do

- Área de atuação do Projeto Monumenta
- Terminais de ônibus
- Área institucional
- Parques e praças
- Centro 24 horas
- Corredor Cultural



Figura 2 –
Projetos de
revitalização do
centro de Poá
Fonte: Desenho
do autor

48

- Radiais
- 1 Perimetral
- 2 Perimetral
- 3 Perimetral
- Área de estudo



Figura 3 –
Radiais e
perimetrais
Fonte: Desenho
do autor

centro, para locais como ao longo da avenida Borges de Medeiros e aterro do Parque Harmonia;

3 – os equipamentos culturais que reciclam prédios institucionais ou que não perderam a função ou que foram relocados em outras áreas da cidade: o Museu de Arte do Rio Grande do Sul, que ocupa o antigo prédio da Secretaria da Receita Federal; o Memorial do Rio Grande do Sul, que ocupa a antiga sede central dos Correios; a Casa de Cultura Mário Quintana, que ocupa o antigo Hotel Majestic; o Centro Cultural Santander, que ocupa a antiga sede do Banco da Província, atual Santander; a Usina do Gasômetro, na ponta da península, que se utiliza de uma antiga e abandonada usina de energia, para citar os mais importantes;

4 – terminal do trem metropolitano e terminais de ônibus que atendem tanto a Porto Alegre como os que recebem os ônibus provenientes da região metropolitana, muitos deles funcionando como ponto de transbordo para os bairros da cidade;

5 – serviços profissionais como os de advocacia, consultórios médicos, representações, etc. e, neste caso também, uma boa parcela tem-se mudado para áreas nobres em outros bairros da cidade;

6 – serviços bancários e financeiros, em geral, com a presença das agências matrizes dos bancos com representação em Porto Alegre. De qualquer modo, praticamente todos possuem filiais em bairros, sendo que seu número é indicativo do grau de importância que diferencia os diversos centros de bairro entre si;

7 – comércio informal que, com as alterações do modelo de acumulação capi-talista recente, o qual gerou uma enorme massa de desempregados, tem sido utilizado como uma alternativa de sobrevivência, tendo o espaço público como local de desenvolvimento. Ruas, praças e largos são tomados em uma espécie de loteamento dos espaços públicos por um comércio que, na maioria das vezes, lida com produtos contrabandeados e pirataria.

A expansão da ocupação da cidade para fora da península altera os níveis de acessibilidade geral da cidade e as ligações perimetrais – dos bairros entre si – sobrepõem-se às tradicionais e históricas ligações radiais – do centro para os bairros, mesmo com alguma dificuldade (Figura 3).

A abertura de avenidas perimetrais é reflexo e produto das novas formas de acessibilidade geral, produzidas pelo processo de expansão do centro. Essas novas relações espaciais redefinem não apenas os papéis desempenhados pelos diversos bairros da cidade, mas também do próprio centro.

Assim, o centro, ao perder força enquanto espaço de maior acessibilidade da cidade como um todo, perde também competitividade para a localização de atividades cuja dinâmica requer vantagens locacionais e facilidades, tanto para o deslocamento quanto para o estacionamento de veículos para o uso dessas atividades.

Uma das razões de permanência de intenso movimento de pessoas, o qual dá suporte às atividades mencionadas no centro, é exatamente o fato de serem atividades destinadas a uma faixa de população de baixa mobilidade, altamente dependente do sistema de transporte público, o qual ainda é bastante orientado para o centro da cidade e mesmo reforçado, pela recente construção ou reformulação de diversos terminais de transporte coletivo, tanto urbanos quanto metropolitanos. Os resultados de uma pesquisa de origem e destino, realizada pela companhia de transportes de Porto Alegre, em 2001, apontou que, enquanto o centro era destino de 80% das linhas de ônibus, apenas 35% dos transportados tinha o centro como destino (*Correio do Povo*, 5/dez./2001, p. 9). Na mesma reportagem é mencionado o transtorno do acúmulo de linhas para os moradores do centro e a intenção do poder público de reduzir de 85 linhas com terminais na área central para 27 linhas. Com isto, confirma-se nossa idéia inicial que parecia haver um descompasso entre o movimento forçado a representar a concentração de linhas e terminais de transporte coletivo, na área central, e a necessidade de deslocamento da população da cidade como um todo. Esse movimento forçado é responsável por um grande número de pessoas circulando no centro, boa parte das vezes fazendo transbordo entre terminais. Esse movimento cativo representa exatamente o foco de interesse e a clientela potencial do comércio ambulante, o qual se distribui nos eixos de distribuição de pessoas entre os terminais e as áreas de maior interesse, quer pela concentração comercial, quer de serviços para o conjunto da cidade.

50

Conforme o exposto acima, o processo de declínio do papel da área central de Porto Alegre nos últimos anos responde a inúmeros fatores que se sobrepõem e, cada um a seu modo, produz um impacto maior ou menor sobre as condições de apropriação social do espaço urbano.

Para o presente trabalho, que é parte de um todo maior no qual se pretende avaliar um conjunto mais amplo dos fenômenos apresentados pelos processos recentes que envolvem a área central da cidade, vamos ater-nos a uma questão que, embora represente apenas uma faceta dos problemas apresentados pelo centro de Porto Alegre, constitui-se em um ponto-chave para a compreensão não apenas do fenômeno em si, mas de seu significado maior enquanto representação de um certo olhar sobre o espaço público e a cidade. Especificamente, queremos fazer algumas reflexões sobre a tomada de espaços públicos por vendedores ambulantes que, nos últimos meses, têm caracterizado boa parcela do coração da área central da cidade.

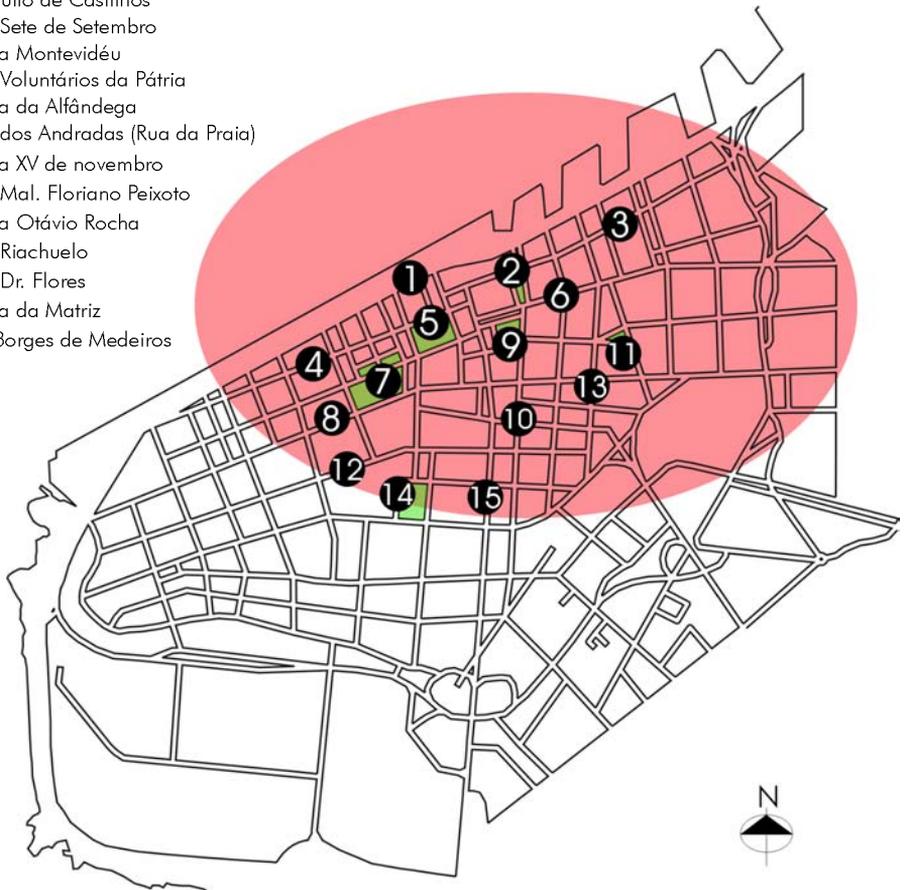
3 – Breve Caracterização da Privatização do Espaço Público na Área Central de Porto Alegre

Historicamente, o centro de Porto Alegre³ (Figura 4) apresentou algumas áreas as quais se caracterizaram por concentrarem algumas atividades econômicas que, tendo em vista suas peculiaridades e a impossibilidade de localizarem-se de modo tradicional no interior do sistema edificado, a partir do

qual estabeleciam suas relações com usuários e com o restante da cidade. Particularmente, a área no entorno do mercado público sempre foi palco de comercialização de produtos alimentícios como frutas e verduras, originalmente em função dos atracadouros que existiam em suas laterais, pelo qual a produção chegava de barcos. Feiras de peixes, mesmo sem caráter permanente, também são instaladas ainda hoje nessa região, em períodos particulares do ano como a Páscoa.

A praça Parobé, ao lado do mercado, consolidou-se como local de comercialização de frutas e verduras por um longo tempo, até meados da década de 90, sendo que, posteriormente, esta atividade foi deslocada com instalações modernizadas, em função da construção de um terminal de transporte urbano, permanecendo com suas características nas mesmas proximidades do mercado público. Portanto, a história do uso do espaço público no centro da cidade para atividades de comércio possui, em Porto Alegre, uma longa tradição, como, de resto, em tantas outras cidades do mundo.

- Figura 4 – Área de estudo
Fonte: Desenho do autor
- 1 Av. Mauá
 - 2 Praça Parobé
 - 3 Av. Júlio de Castilhos
 - 4 Rua Sete de Setembro
 - 5 Praça Montevideu
 - 6 Rua Voluntários da Pátria
 - 7 Praça da Alfândega
 - 8 Rua dos Andradas (Rua da Praia)
 - 9 Praça XV de novembro
 - 10 Rua Mal. Floriano Peixoto
 - 11 Praça Otávio Rocha
 - 12 Rua Riachuelo
 - 13 Rua Dr. Flores
 - 14 Praça da Matriz
 - 15 Av. Borges de Medeiros



Alguns pontos de vendas de frutas começam a surgir na rua Marechal Floriano Peixoto, no eixo de ligação do mercado público com a rua da Praia, já na década de 60, mesmo de forma esparsa e pontual. O restante dos espaços públicos de ruas e praças mantém-se como base dos espaços de circulação e relações sociais.

A rua da Praia e o setor compreendido entre as três principais praças do centro da cidade: a praça da Matriz, com seu entorno marcado pelas funções do governo do estado e institucionais, a praça da Alfândega, ligada ao Porto e ao seu portão central, e a praça XV, que é o espaço aberto do mercado, desde o início de formação da cidade no século 18, consolidam-se como as principais artérias comerciais da cidade, tornando-se o centro de um comércio diversificado, concentrando também aquele mais sofisticado. É esta área que funciona como o ponto de encontro de pessoas de todas as classes sociais. Esta intensa atividade e movimento vão sendo acompanhados por uma substituição do estoque edificado, surgindo tanto grandes edifícios comerciais como prédios residenciais e, posteriormente, matrizes de casas bancárias. O solo é disputado pelas atividades em um mercado extremamente competitivo. O movimento intenso vai justificar, na década de 70, a transformação da rua da Praia em via exclusiva de pedestres.

52

Importante alteração começa a ocorrer, com as transformações profundas na economia do país, no processo de abertura e liberalização dos mercados, que se verificam a partir da década de 80 e que se agudizam a partir do governo Collor. Sem entrarmos em uma análise muito profunda deste processo, o que foge do escopo deste trabalho, é importante reter certas conseqüências dele advindas. A primeira delas a merecer destaque é a formação de um grande contingente de desempregados, fruto tanto da abertura dos mercados e da eliminação de barreiras alfandegárias quanto da introdução de processos produtivos que mantêm os níveis de produção empregando menos pessoas. Outra conseqüência da abertura econômica é a formação de amplas redes de compra e venda de artigos de baixo valor, produzidos basicamente em países asiáticos como China, Taiwan, Indonésia, etc. e que, em grande parte, chegam ao mercado brasileiro ou por um comércio de “formiga”, realizado particularmente junto à fronteira do Brasil com o Paraguai, ou por contrabando puro e simples. Brinquedos, ferramentas, jogos eletrônicos, aparelhos eletrodomésticos, roupas, cosméticos, calçados, fitas e CDs, são alguns dos itens mais comuns, objetos de comercialização por redes extensas de fornecedores e comerciantes nas bancas dos vendedores ambulantes. Aliás, a denominação de vendedores ambulantes passa a ser apenas uma figura de linguagem, na medida em que a venda de mercadorias se dá em pontos fixos e não móveis, como implica o nome.

A primeira área comprometida com esse tipo de comércio é o largo formado pela lateral da praça XV, entre o mercado público e o início da rua Marechal Floriano Peixoto, importante eixo de ligação dos tradicionais terminais de transporte urbano às áreas comerciais da rua da Praia e de suas proximidades.

No entanto, uma pressão sobre outros espaços públicos passa a ser visível e é contida por meio de fiscalização sistemática da prefeitura. Com o tempo, nem esta fiscalização é capaz de impedir que, em períodos de maior movimento do comércio, como no Natal, uma grande quantidade de vias sejam ocupadas por este tipo de comércio, inclusive trechos da própria rua da Praia.

Em um primeiro momento de flexibilização, começou-se a liberar as ruas centrais para o comércio de ambulantes nos fins de tarde, após o horário comercial e no domingo. A partir das 18 horas, então, ruas como a rua da Praia são tomadas por mercadorias estendidas sobre panos ou pequenos expositores.

O que se constituía em uma ocupação eventual e reprimida, nos últimos meses passa a consolidar-se como uma regra geral, não sem conflitos, haja vista os tumultos de protesto, seja em função das tentativas de liberação dos espaços pela fiscalização, seja pela implantação de projetos que implicam em remoção de bancas. O que se verifica, atualmente, é um grande comprometimento do núcleo da área central, atingindo espaços que até então eram respeitados, como a rua dos Andradas, também conhecida como rua da Praia (Figura 5). A circulação de pedestres em alguns horários é bastante comprometida, em uma disputa de espaço de movimento em uma situação na qual as barreiras no leito das vias se multiplicam.

Essa disputa por espaço entre pedestres e vendedores é apenas uma parte do problema. Acompanhando o debate registrado pela imprensa nos últimos meses, percebe-se que esse tipo de comércio passa a afetar negativamente todo o comércio tradicional implantado no sistema edificado nessas áreas. A densidade de utilização dos espaços públicos por barracas redefine as possibilidades de circulação por parte dos pedestres, que são afunilados em corredores estreitos entre as bancas, fazendo com que as fachadas das lojas térreas fiquem praticamente invisíveis aos que passam. Com isto, há uma reclamação generalizada que as atividades formalmente constituídas, comprometidas com aluguéis dos imóveis e com pagamentos de tributos são, paulatinamente, sufocadas pela atividade dos ambulantes.

Esse problema pode ser melhor ilustrado, se pensarmos na morfologia urbana e nas formas de relações espaciais presentes em tecidos tradicionais como o do centro de Porto Alegre e nas soluções espaciais adotadas pelos camelôs, nos espaços urbanos públicos. Podemos observar duas modalidades principais na estruturação dessas atividades, dependendo fundamentalmente do tipo e dimensões da área em que se localizam: linear, ao longo de vias ou como núcleo, em espaços abertos maiores. Esses dois tipos podem ser observados na área central de Porto Alegre. Na lateral da praça XV, em um largo, os camelôs se organizam de modo a reproduzirem um sistema de quarteirões tradicionais da cidade: as bancas são dispostas uma ao lado da outra, ao longo de um eixo de circulação de pedestres, ao mesmo tempo em que dão as costas para outras bancas, as quais fazem frente para outro eixo de circulação, variando em

- ① Av. Otávio Rocha
- ② Av. Borges de Medeiros
- ③ Rua Mal. Floriano Peixoto
- ④ Rua Vigário José Inácio
- ⑤ Rua dos Andradas (Rua da Praia)

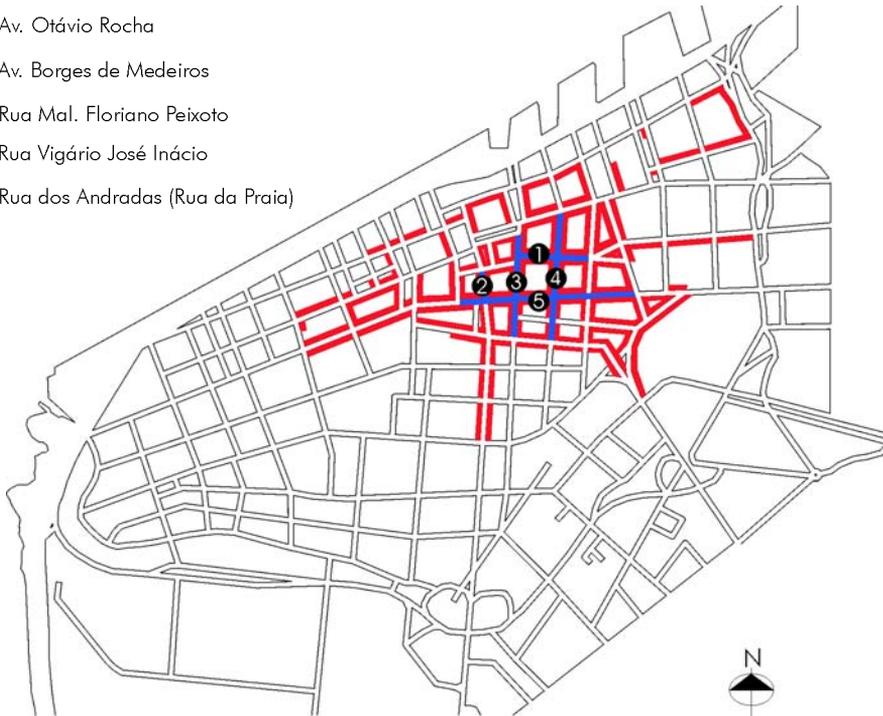


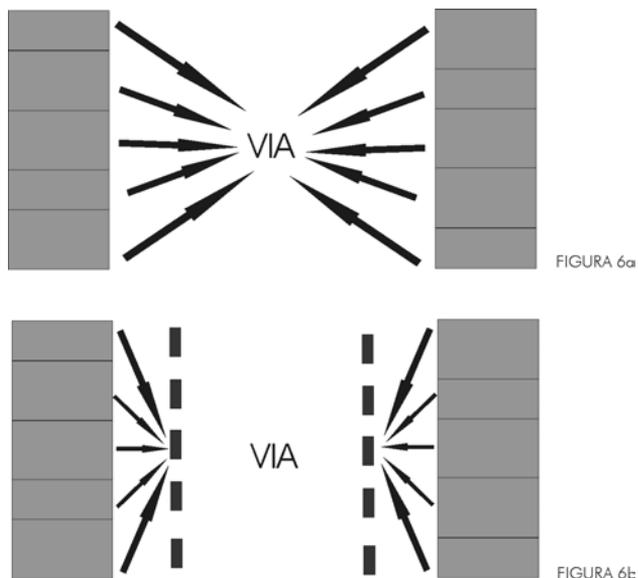
Figura 5 –
Camelôs em
área livre
Fonte: Desenho
do autor

54

extensão, porém, organizando-se como se fossem quarteirões tradicionais, nos quais comparecem como se fizessem parte da estrutura edificada. Deste modo, os conjuntos de bancas definem barreiras físicas em forma de ilha espacial, isto é, formando um conjunto contínuo e separado por espaço público, produzindo um certo grau de anelaridade, o qual define as possibilidades de movimento no interior do subsistema, por meio do espaço de uso público, como ocorre em tecidos urbanos tradicionais. Neste tipo, resta identificar como o conjunto se relaciona com o sistema edificado que delimita o espaço aberto e, dependendo da forma adotada, a relação pode ser mais ou menos conflitante. Se a interface das bancas com o espaço público complementar a interface do sistema edificado com este mesmo espaço público, há uma tendência que o sistema funcione de modo melhor. Se a interface do sistema edificado for feita para as costas das bancas, poderão ocorrer conflitos.

Quando a ocupação de camelôs se dá ao longo da via, as coisas se complicam um pouco quando consideradas as relações com a estrutura edificada no sistema privado. Em tecidos urbanos tradicionais, as atividades se localizam ao longo do eixo de uma via, uma ao lado da outra e com a mesma estrutura de distribuição no lado oposto da rua. Com isto, as atividades se abrem para o eixo da via, a qual representa o canal de movimento que é a razão de ser e que dá sustentação a estas atividades (Figura 6a). A introdução de elementos, como as bancas dos camelôs, rompe com essa lógica, introduz barreiras físicas novas que redefinem o canal de movimento e subdivide o que era linear e unificado

Figura 6 –
Em a, um sistema tradicional de distribuição das atividades urbanas e suas relações com o espaço público.
Em b, a subdivisão do espaço de movimento, até então unificado, é subdividido em outros com dinâmicas e importâncias diferenciadas
Fonte: Desenho do autor



-  Atividades comerciais localizadas ao longo de uma via tradicional, ocupando as edificações
-  Bancas de camelôs
-  Relação das entradas das lojas com o espaço público

em diversos subeixos a apresentar tanto dinâmicas de funcionamento quanto importâncias diferenciadas.

O canal principal acaba sendo o que dá para as barracas e o localizado em frente às lojas passa a assumir um caráter claramente secundário (Figura 6b). As frentes das lojas passam a ter como confrontação as costas das barracas e não mais frentes de outras lojas que compartilham o mesmo eixo de movimento. Esta modificação é muito mais importante do que pode parecer à primeira vista, uma vez que rompe com toda a lógica de funcionamento da cidade tradicional e, mais grave ainda, subordina o sistema de comércio tradicional a condições as quais não podem se adaptar, uma vez que estão posicionados de forma fixa no sistema edificado.

Essas questões de caráter configuracional, apresentadas de modo simples aqui, ajudam a explicar por que os comerciantes localizados no sistema privado – nas edificações – reclamam tanto da perda de movimento apresentado por seus negócios e a correspondente dificuldade de manutenção de suas atividades, do modo em que são apresentadas atualmente para alguns setores da cidade. A questão, aqui, é de lógica configuracional e não ideológica ou de intolerância, como pode parecer à primeira vista. A outra consequência é que o sistema edificado, como um todo, é diminuído em sua importância funcional e relacional. O eixo da via é apenas secundariamente

a ele associado. O movimento de passagem, o principal responsável pela geração de clientela potencial e que, em grande parte se deve às características configuracionais do tecido, passa a não ter interface direta com o sistema edificado, sendo necessária a utilização do movimento intencional para o uso das atividades, o qual é muito menos significativo do que o movimento natural (HILLIER et al, 1989).

Ao alterar essas relações espaciais e das atividades em relação aos fluxos de movimento, os camelôs passam a usufruir e explorar o movimento de passagem que ocorre ao longo do eixo e responsável por produzir grande parte da clientela (HILLIER et al, 1989), enquanto as atividades localizadas no sistema privado passam a necessitar de um movimento de/para elas, ao invés de utilizarem-se do movimento natural, um dos fatores de origem de sua própria localização. No entanto, esse sistema apresenta claros limites e conflitos. Limites, do ponto de vista das possibilidades de circulação, dada a redução da capacidade das vias; conflitos, pois subordina o funcionamento do sistema privado, depreciando-o enquanto atividade econômica e congestionando os espaços públicos os quais, em determinados períodos do dia, passam a ser praticamente intransitáveis.

O quadro atual de uma parcela do centro de Porto Alegre, que se constitui como importante na medida em que corresponde ao núcleo de uma região significativa para o conjunto da cidade, é o de conflito não apenas entre comerciantes tradicionais e ambulantes, nem destes com a circulação de pedestres, mas de uma profunda crise sobre a relação público/privado. A apropriação privada dos espaços públicos é um problema que ultrapassa sua dimensão econômica e sua dimensão social. Diz respeito ao enfrentamento de certas expectativas socialmente construídas quanto ao uso do espaço urbano e é crucial para que a consolidação de uma cidade democrática ocorra e não pode, de modo algum, ser objeto de mercantilização, sob pena de comprometer os acordos sociais estabelecidos.

56

4 – Ilustrando o Problema

Nesta parte do trabalho, apresentamos um conjunto de fotografias comentadas, tiradas de diversos pontos da área central, as quais permitem que se tenha uma idéia mais precisa das questões que estão sendo colocadas até aqui. As fotos, além dos comentários, estão associadas a um mapa de referência, no qual poderão ser associadas com suas localizações (Figuras de 7 a 15).

5 – Público e Privado – Domínios e Instâncias de Práticas Sociais

A sociedade capitalista moderna se funda a partir de um contrato social em que a distinção dos domínios público e privado é fundamental para o próprio funcionamento desse sistema. O domínio público, aquele regulado por razões mais gerais e coletivas, é o domínio da impessoalidade, enquanto o domínio



Figura 7 – Ocupação do largo lateral à praça XV, entre uma área em que se concentram terminais de transporte – ônibus urbanos e interurbanos e do trem metropolitano – e a rua da Praia, núcleo comercial e de serviços. Nestes casos, pode-se perceber a formação de ilhas de bancas e continuidade do sistema de espaços públicos que dão acesso de/ou para seu interior. A estrutura resultante tende a reproduzir as relações espaciais de bairros, ruas e contatos entre espaço público e privado vigentes em tecidos urbanos tradicionais. Observa-se, também, que as barreiras físicas ou limites de outras frações de espaços públicos – como o Largo Glênio Peres, no primeiro plano da foto – que são respeitados, são delimitados e constituídos pelas bancas. Toda esta estrutura redefine e altera as possibilidades de movimento dos pedestres

Fonte: Foto do autor

57



Figura 8 – Vista interna do conjunto de bancas instaladas no largo lateral à praça XV. Mesmo neste tipo de ocupação informal verificam-se os princípios tradicionais de formação de tecidos urbanos: constituição, linearidade e bilateralidade. A ação conjunta desses princípios produz um sistema de barreiras constituídas, delimitando o espaço público, formando ilhas espaciais como bairros tradicionais e orientando a mobilidade geral no interior do sistema espacial

Fonte: Foto do autor



Figura 9 – Rua Marechal Floriano Peixoto, com uma das laterais – já chegou a ser as duas – tomada por bancas de camelôs. Observa-se que o movimento de pedestres é redirecionado para a parte frontal das bancas. Os espaços públicos localizados nos fundos e voltados para o sistema edificado perdem importância e intensidade, restringindo as relações entre espaço público e espaço privado
Fonte: Foto do autor

58



Figura 10 – Exemplo em que o eixo de movimento é definido bilateralmente por bancas de ambulantes e a parte que possui interface com o sistema edificado funciona como fundos. Percebe-se claramente o direcionamento do movimento de pedestres para o eixo formado pelas bancas, sendo que o eixo imediatamente frontal ao sistema edificado passa a desempenhar um papel secundário, praticamente eliminando a visibilidade dos estabelecimentos comerciais ali localizados e restringindo as possibilidades de interfaces geradas pelo movimento aleatório o qual é, em grande medida, responsável pela alimentação da relação entre espaço público e espaço privado
Fonte: Foto do autor



Figura 11 – Rua Voluntários da Pátria, via tradicional de comércio popular. A implantação de bancas ambulantes em ambas as laterais define o eixo central da via como o caminho principal para os pedestres. Neste caso, também, o eixo frontal do sistema edificado permanece como um eixo secundário de movimento, afetado pela relação entre a barreira definida pelo conjunto de bancas e pela barreira definida pelas edificações. A redução do movimento de pedestres afeta diretamente o funcionamento dos estabelecimentos comerciais localizados nas edificações

Fonte: Foto do autor

59



Figura 12 – Terminal de transporte coletivo urbano localizado na lateral do mercado público, praça Parobé, para onde foram realocizadas as bancas de frutas que funcionavam no largo ao lado da praça XV. Os terminais funcionam como atratores para a localização do comércio informal, pela concentração de movimento que representam. O grande número de terminais de transporte localizados próximos uns dos outros funciona como alimentador e ampliador dos atrativos das áreas próximas desses terminais e nos caminhos entre eles e a rua da Praia. Pesquisas recentes constataram um descompasso entre o número de linhas com terminal no centro da cidade e o número de usuários que possuem o centro como destino

Fonte: Foto do autor



Figura 13 – Vista elevada da rua Andrade Neves, próxima à rua 24 Horas, que faz parte do programa de revitalização da área central. Esta via se situa em uma área de comércio de rua nova, pela realocização de bancas que se situavam em vias atualmente ocupadas, total ou parcialmente, com o tráfego de pedestres é tanto afinilado para o espaço entre as bancas quanto reduzido em sua capacidade
Fonte: Foto do autor

60



Figura 14 – A rua Marechal Floriano Peixoto é um exemplo de área em que a presença de bancas foi reduzida pela retirada de uma das laterais para permitir a passagem de linhas de lotações. Esta estratégia atinge também parte da própria rua da Praia que, com isto, deixou de ser exclusivamente para pedestres. Este tipo de medida força a retirada de ambulantes, por sua apropriação enquanto via de tráfego
Fonte: Foto do autor

- 7 Vista de cima do mercado público em direção ao largo
- 8 Rua Marechal Floriano Peixoto
- 9 Rua Vigário José Inácio
- 10 Rua Marechal Floriano Peixoto
- 11 Rua Voluntários da Pátria
- 12 Vista do Terminal de ônibus Parobé
- 13 Rua Andrade Neves
- 14 Rua Otávio Rocha



Figura 15 –
Mapa de
localização
das fotos
Fonte:
Fornecido pelo
autor

privado representa a esfera da vontade pessoal ou de grupo, regulada pelas razões da intimidade.

As noções de público e privado não são constantes na história. Sennet faz uma retrospectiva sobre como evolui as aceções quanto a público e privado. Diz ele:

“Perto do século XVII a oposição entre ‘público’ e ‘privado’ era matizada de modo mais semelhante ao de seu uso atual. ‘Público’ significava aberto à observação de qualquer pessoa, enquanto privado significava uma região protegida da vida, definida pela família e pelos amigos.” (SENNETT, 1988, p. 30)

Às noções de público, enquanto bem comum e corpo político, foram sendo incorporadas também aspectos vinculados ao que Sennett chama de “região especial da sociabilidade” (SENNETT, 1988, p. 31).

“Na época em que a palavra ‘público’ já havia adquirido seu significado moderno, portanto, ela significava não apenas uma região da vida social localizada em separado do âmbito da família e dos amigos íntimos, mas também que esse domínio público dos conhecidos e dos estranhos incluía uma diversidade relativamente grande de pessoas.” (SENNETT, 1988, p. 31)

No mundo da política, a diferenciação entre público e privado nos estados modernos é essencial, uma vez que determina as diferenças entre uma promiscuidade que perpassa as ações dos governantes, a tratarem a coisa pública como de foro íntimo e vice-versa, e uma necessária separação de domínios, tendo em vista uma ética que define os regramentos e os comportamentos das pessoas sobre o tema. A corrupção, em qualquer nível de governo, com a apropriação privada de bens públicos, recursos ou favores,

o nepotismo, etc. são modos de rompimento desse contrato social e é essa ruptura que nos causa tanto desconforto e indignação.

Diz Sennett, comentando sobre o equilíbrio entre vida pública e vida privada:

“Hoje, a vida pública também se tornou questão de obrigação formal. A maioria dos cidadãos aborda suas negociações com o Estado com um espírito de aquiescência resignada, mas esta debilitação pública tem um alcance muito mais amplo do que as transações políticas. Boas maneiras e intercâmbios rituais com estranhos são considerados, na melhor das hipóteses, como formais e áridos e, na pior, como falsos. (...) Uma res publica representa, em geral, aqueles vínculos de associação e de compromisso mútuo que existem entre pessoas que não estão unidas por laços de família ou de associação íntima: é o vínculo de uma multidão, de um ‘povo’, de uma sociedade organizada, mais do que o vínculo de família ou de amizade.” (SENNETT, 1988, p. 15,16)

Damatta coloca essa discussão dentro de uma oposição entre a rua, enquanto domínio público, e a casa, enquanto domínio privado, sob uma ótica antropológica:

“Troca e comércio, para ser mais preciso, exigem éticas sociais radicalmente diversas. E, com elas, quadros de relações sociais também avaliados de modo diferenciado. Em casa eu não falo de negócios; na rua sou uma águia... Weber viu nisso uma característica da sociedade tradicional e ensinou que, no movimento da sociedade para o capitalismo, foi preciso o estabelecimento de uma ética única, ética que – conforme sabemos – tornou o comércio algo positivo e portanto universal, dotado de um único modo de avaliação moral. (Cf. WEBER, 1967, p. 36 ss). O que estou tentando fazer aqui é justamente ampliar o quadro de referência de Weber, para mostrar que tais éticas não se situam somente na esfera econômica, mas que são contaminadoras de outras áreas da conduta social.” (DAMATTA, 1985, p. 40)

62

Mais adiante, referindo-se às diferenças de comportamento na casa e na rua, diz Damatta:

“Sustento, então, que, embora existam muitos brasileiros que falem uma mesma coisa em todos os espaços sociais, o normal – o esperado e o legitimado – é que casa, rua e outro mundo demarquem fortemente mudanças de atitudes, gestos, roupas, assuntos, papéis sociais e quadro de avaliação da existência em todos os membros de nossa sociedade.” (DAMATTA, 1985, p. 41)

Essas poucas reflexões permitem avançarmos não apenas na avaliação dos fenômenos presentes na atualidade em nossas áreas centrais da cidade, mas também na conjectura de algumas hipóteses que os possam explicar.

Ao transformar o público em privado, ao romper expectativas socialmente definidas quanto à separação dos domínios público e privado em sua instância espacial, há uma quebra de contrato social de difícil reparação.

É claro que podemos alegar que o problema é de ordem social e que essas pessoas precisam trabalhar para sustentar a si e suas famílias. No entanto, é necessário refletir para além da permissividade e examinar suas implicações para o conjunto da cidade e da cidadania. Em um país em que o rompimento de regras socialmente definidas – ver Durkheim (1973) e o papel da lei – ocorre com uma frequência muito alta e que a dureza da lei possui recortes diferenciados e é relativa às condições de inserção social das pessoas, poderíamos cair na tentação de admitir o processo de privatização do espaço público em nossas cidades como um desses recortes para a população de mais baixa renda. No entanto, esse tipo de raciocínio traz embutida a perpetuação da ruptura e contribui com mais um elemento para o embasamento das relações sociais em seu conjunto.

E o centro da cidade? É de pensar, dentro das tendências recentes e crescentes de fragmentação e segregação socioespacial, se o fenômeno que ocorre na área central de Porto Alegre não representa, de fato, uma opção de abandono dessa área à própria sorte por parte da sociedade. A perda de funções, a ociosidade de utilização apresentada em seu estoque edificado, o uso privado do espaço público são problemas os quais formam um círculo vicioso de tal modo, que como um acaba reforçando o outro, perde-se a clareza das alternativas que poderiam ser utilizadas para a ruptura desse círculo. De qualquer modo, o que fica evidente é que não é possível tratar do processo de deterioração da área central de modo isolado e pontual. O que tem transparecido é que dificilmente haverá melhorias ou resgates significativos sem uma preocupação e políticas que atuem sobre o estoque edificado e, portanto, sobre os investimentos privados que assegurem uma dinâmica no funcionamento do conjunto da estrutura urbana da área central.

Já que o uso e a ocupação dessa área está cada vez mais homogeneizado, perdendo um caráter geral para o conjunto da população, e que a animação de caráter mais global é cada vez mais centrada em eventos e em elementos no interior do tecido, perdendo seu caráter de cotidianidade e aleatoriedade, a discussão sobre o que se chama sua “revitalização” precisa assumir outro caráter. Sem dúvida, a recuperação da dimensão pública dos espaços atualmente privatizados é parte importante dessa discussão e da viabilização desta revitalização. O que não é possível é fechar os olhos para o problema e, ao mesmo tempo, permitir que o espaço privado, com cada um de seus lotes, edificações, atividades e pessoas que trabalham e circulam, a compor e modular o próprio espaço público, seja condenado a um papel tão secundário como o verificado em parcelas significativas de nossas áreas centrais.

Com o tempo, quem sabe, seria possível recompor para a área central da cidade seu caráter coletivo e socialmente integrador. Lembrando Sennett, comentando sobre a resposta dada em nossas cidades capitalistas para sobrepujar o desconhecido e apagar as diferenças entre as pessoas pela redução da experiência humana a um caráter íntimo e local, *“ou seja, torna-se o território local moralmente sagrado. É a celebração do gueto”*. (SENNETT, 1988, p. 359)

“Aquilo que se perde com esta celebração (do gueto) é a idéia de que as pessoas só podem crescer através de processos de encontro com o desconhecido. Coisas e pessoas que são estranhas podem perturbar idéias familiares e verdades estabelecidas; o terreno não familiar tem uma função positiva na vida do ser humano. Essa função é a de acostumar o ser humano a correr riscos. O amor pelo gueto, especialmente o gueto de classe média, tira da pessoa a chance de enriquecer suas percepções, a sua experiência, e de aprender a mais valiosa de todas as lições humanas: a habilidade para colocar em questão as condições já estabelecidas de sua vida.” (SENNETT, 1988, p. 359/360)

E, poderíamos acrescentar, do funcionamento da própria sociedade, estabelecendo a crítica. Nossas cidades, e particularmente seus centros históricos, precisam recuperar seu papel de facilitador da visibilidade do conjunto social, tendo em vista o que Kelbaugh (2001, p. 14.5) chama de paradoxo da comunidade. Diz ele que *“uma comunidade precisa alimentar simultaneamente um respeito por valores de grupo e tolerância pela individualidade, inclusive pela excentricidade”*.

O espaço público, o locus das relações sociais por excelência, pode atuar como facilitador ou entrave a essas práticas, dependendo de seu agenciamento, características e cultura espacial a ele vinculados. Conforme Giamatti (in KELBAUGH, 2001, p. 14.5):

64

“Por milênios, este refinamento da negociação – do equilíbrio entre necessidade privada e obrigações públicas, entre desejo individual e dever público e interesses familiares de um e de vários em um conjunto de acordos comuns e compartilhados – produz uma civilização... é conseguida porque os habitantes da cidade, como indivíduos ou como famílias ou como grupos, têm aparado as arestas do desejo privado de modo a se ajustar ou, ao menos, funcionar com todos os outros moradores da cidade, sem fricções desnecessárias, sem farpas que cortam e ferem, cada um deles aprimorando uma capacidade individual para as milhares de negociações diárias e instantâneas que evitam que a vida nas cidades seja uma luta constante ou um enfrentamento sem fim.”

A visibilidade do conjunto social é capaz de produzir o reconhecimento do outro e, deste modo, provocar mudanças. Os processos de segregações socioespaciais vivenciados pelo centro urbano de Porto Alegre, entre tantos no país, dificultam o enfrentamento dos problemas urbanos e sociais. Por outro lado, a intervenção do poder público precisa ser repensada e menos contraditória, no sentido de que algumas medidas dos chamados programas de revitalização da área central funcionam reforçando o processo de segregação socioespacial. A ênfase aos terminais de transporte, se, por um lado, produz uma grande quantidade de movimento forçado, por outro lado, reforça sua exploração pelo mercado informal localizado nos espaços públicos. Esta alternativa parece funcionar melhor quando associada à utilização de espaços

de extrema segregação espacial, como os localizados sob a elevada da Conceição os quais, por meio da produção de um movimento forçado pela implantação de um terminal de transportes de caráter metropolitano, dinamiza a área, torna a região mais segura e utiliza espaços que de outro modo estariam vazios. A proposta de utilização do estoque edificado para abrigar população de baixa renda pode ter um caráter social, mas impede que a função residencial seja retomada de modo mais amplo, como poderia ser se as ações públicas e privadas explorassem as possibilidades geradas pela perda de integração da área central. Este tipo de ação integrada, embora mais complexa e muito mais trabalhosa, poderia produzir também para a estrutura cultural definida pelos museus e casas de cultura, localizados no centro da cidade, uma utilização de caráter cotidiano e permanente, eliminando a tendência a um uso excepcional ou a partir de eventos. Com isto, a riqueza da variedade das práticas sociais é viabilizada pelas interfaces entre as propriedades locais do espaço e suas funções globais.

É interessante, nesta conclusão, registrar o trabalho de tentativa de controle da ocupação dos espaços públicos da área central de Porto Alegre, por parte da prefeitura, mais recentemente, o qual, durante a realização do presente trabalho, produziu mudanças no aspecto de ocupação do centro da cidade. Alguns resultados são efetivamente obtidos por meio de fiscalização permanente, o que significa ser necessária a manutenção de controle espacial constante sobre os camelôs, sob pena de proliferação de bancas. Outros resultados são forçados pela abertura de uma série de vias as quais, tradicionalmente, eram utilizadas apenas por pedestres, para a circulação de lotações. São os casos das ruas Marechal Floriano Peixoto, Otávio Rocha e da própria rua da Praia, exatamente vias com grande pressão de ocupação. Deste modo, o espaço público passa a não ser mais disponível para a montagem dos negócios. Contratação de camelôs por parte do comércio formal é outra medida adotada, abrangendo cerca de 100 pessoas. Estão em discussão algumas alternativas de realocação dos camelôs, com a criação de shoppings populares em prédios atualmente desocupados, sendo que a realocação acontece também pela instalação de bancas em áreas ainda não-ocupadas, como é o caso da rua Andrade Neves e transversais, logo acima da rua da Praia, quando a tendência mais forte era a de ocupação das vias abaixo da rua da Praia, entre ela e o rio. De qualquer forma, o que se observa é que o funcionamento desse tipo de comércio é extremamente instável, sendo que as aparentes soluções podem a qualquer momento não funcionar mais, dependendo tanto das correlações de força quanto da capacidade de controle por parte do município e dos interesses em jogo.

De qualquer modo, quando se pensa em revitalização de áreas centrais ou qualquer que seja a denominação utilizada para se referir aos processos de recuperação de centros urbanos, é ponto básico a discussão das dimensões públicas e privadas presentes nestes territórios. É impossível tratar de uma verdadeira recuperação, áreas que apresentam problemas primários, como até que ponto se pode chamar os espaços tidos públicos como realmente de domínio público, quando sistemas importantes de barreiras são acrescentados aos

tradicionais, formados pelos quarteirões. Também não se pode pensar em uma real retomada de centros urbanos em situações nas quais o sistema privado, ou seja, o sistema edificado, fica sujeito a transformações de suas potencialidades locacionais pela introdução de novas regras espaciais, como as vivenciadas no centro de Porto Alegre, nas vias ocupadas por camelôs, produzindo efeitos negativos, tanto em termos de perda de qualidades espaciais quanto de suas bases de sustentação econômica pela relação entre configuração, uso do solo e movimento.

O fato concreto de perda das funções tradicionalmente presentes em centros como o de Porto Alegre e a transferência de atividades para outras localizações não pode servir de justificativa para o abandono do centro ou a utilização de políticas que são, no mínimo, ambíguas (diante de) um problema que tem se mostrado sério, que é não apenas a descaracterização das áreas centrais, mas, fundamentalmente, da destruição do espaço público.

Notas

(1) A área adotada como central no trabalho que utilizamos como referência, deste autor, difere um pouco daquela que será objeto de discussão do tema específico deste trabalho, a qual será descrita logo adiante. Neste ponto, a área central de Porto Alegre é formada por toda a ponta da península, delimitada pela primeira perimetral.

66

(2) Utilizamos, aqui, parte dos resultados de um outro trabalho sobre Porto Alegre, o qual utiliza procedimentos de sintaxe espacial (HILLIER; HANSON, 1984) como modo de análise da evolução de sua estrutura urbana. Para a identificação do núcleo de integração, de acordo com o que indica a bibliografia sobre o tema e com o tamanho do sistema espacial de Porto Alegre, identificam-se os 10% dos espaços com maior integração espacial, examinando-se tanto sua distribuição espacial como a estrutura resultante. Esses espaços respondem pelos maiores níveis de acessibilidade e estruturam as principais relações urbanas.

(3) Para fins da presente análise, consideramos, como o centro de Porto Alegre, uma parte do que é considerado formalmente como bairro centro na cidade. Esta área compreende o núcleo central, abrangendo os entornos das principais praças ali localizadas: praça da Matriz, praça da Alfândega, praça XV de Novembro, praça Montevideu, praça Parobé e praça Otávio Rocha.

Bibliografia

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HILLIER, Bill et al. Natural movement: or configuration and attraction in urban pedestrian movement. *Environment and Planning B: Planning and Design*. Londres: Pion, v. 20, p. 29-66, 1989.

KELBAUGH, Douglas. Three urbanisms and the public realm. In: SPACE SYNTAX 3RD INTERNATIONAL SYMPOSIUM PROCEEDINGS, 2001, Atlanta. *Anais...* Atlanta: Georgia Institute of Technology, 2001, p. 14.1-14.8.

LOUREIRO, Cláudia; RIGATTI, Décio; AMORIM, Luís. Forma e uso social no espaço urbano: Porto Alegre e Recife. *Pós, Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*. São Paulo: FAUUSP, n. 5, p. 17-31, abr. 1995.

RIGATTI, Décio. *Centralidades urbanas dinâmicas: Crescimento e transformações na estrutura urbana de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2001. Projeto de pesquisa em andamento.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.